

19 JUL 1993



POLÍTICA ECONÔMICA

Projeção do governo de inflação de 31,5% exclui mudança na correção dos salários

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O governo está trabalhando com uma inflação na casa dos 31,5% ou ligeiramente acima para agosto, subindo um ponto percentual em relação à taxa de julho, previu na sexta-feira, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch.

A avaliação foi feita em uma reunião para tratar do acompanhamento dos indicadores antecedentes de preços, da qual participaram os dois secretários adjuntos de Fritsch, Gustavo Franco e Pedro Bernardo Batista e o economista da PUC-RJ, Luiz Roberto de Azevedo Cunha. Também estiveram presentes dois jovens economistas da PUC-RJ, Clarissa Lins e Guilherme Stuckart, recém-incorporados à equipe econômica.

Fritsch negou que o encontro, ocorrido no gabinete do ministro Fernando Henrique Cardoso, no Rio, tenha sido para tratar da implementação de uma política de rendas. "A Secretaria de Política Econômica não estuda nenhuma prefixação", avisou Fritsch, para quem as maiores pressões sobre os preços deverão se concentrar neste terceiro trimestre, principalmente em agosto. As pressões serão oriundas da agricultura (entressafra) e da recomposição das tarifas públicas.

O cenário inflacionário até o fim do ano, descrito pelo secretário de política econômica, é de uma subida da inflação em agosto/setembro. No quarto trimestre, a equipe econômica projetou menos pressões



Winston Fritsch

e uma queda gradual dos preços. Mas, uma redução para valer da inflação só acontecerá em 1994, alertou Fritsch. "Poderemos ter uma inflação em queda no ano que vem, mas para isso a contribuição da revisão constitucional será crucial", afirmou. Ele apontou a mudança do regime fiscal na Constituição, nas despesas e nas receitas, como fundamentais para a estabilização econômica. Outra influência positiva para domar os preços, como adiantou, será o orçamento da União para 1994.

Na análise do comportamento futuro dos preços feita durante a tarde de sexta-feira, os economistas da secretaria de política econômica não projetaram os impactos de uma nova política salarial sobre a inflação, nos próximos meses (ver página 5). Luiz Roberto de Azevedo Cunha revelou que a questão chegou a ser levantada, mas não foi vista como relevante, neste momento, pelo secretário.

Na verdade, a equipe, como disse Fritsch e confirmou Gustavo Franco, está confiante no veto à Lei Paim pelo presidente Itamar Franco e no sanciona-

mento do veto pelo Congresso. "O veto está decidido", disse Gustavo Franco, para quem a sanção ao veto virá.

Ao ser indagado se a equipe econômica havia desenhado alguma política salarial alternativa para a reunião desta segunda-feira, Fritsch foi claro:

"Além do que já é público, não conheço nenhuma estratégia a respeito". Sua percepção sobre o projeto de lei do deputado Paulo Paim, aprovado pela Câmara, é de que, se implementado, "terá consequências macroeconômicas desastrosas e lesivas aos próprios trabalhadores".